

Os parlamentares

A lei salarial e o salário mínimo ficaram de fora das votações.

JORNAL DA TARDE — 7

Política

CONGRESSO/SALÁRIOS

têm aumento. E retroativo.

Os parlamentares garantiram apenas o aumento de seus próprios salários, retroativo a janeiro

Finalmente, os parlamentares vão ter os seus salários reajustados em 30%, elevando de NCz\$ 5,9 mil para NCz\$ 7,7 mil. O percentual é retroativo a janeiro, quando os funcionários públicos ganharam 64% de aumento, enquanto os deputados e senadores só tiveram a URP de 26%. O PMDB, PFL e PDS garantiram a rejeição por votação simbólica do decreto legislativo que suspendeu o pagamento dos 30%, ontem. O PT, PC do B, PNT, PTB e PSDB queriam verificação de quórum, mas o presidente interino da Mesa, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), não cedeu à pressão.

Os partidos de esquerda queriam que a votação fosse adiada para hoje. É que o decreto legislativo, que já tinha sido aprovado pelo Senado, só entrou na Ordem do Dia de ontem porque o salário mínimo e a política salarial também estavam em pauta. "Só vamos votar o decreto legislativo quando o salário mínimo for definido", promete Inocêncio Oliveira ao receber há semanas um documento com 30 assinaturas reivindicando o percentual. Como o salário mínimo e a política salarial não foram votados ontem por falta de acordo, a esquerda queria que a votação do decreto também fosse transferida para hoje.

"Fizemos um acordo e precisa ser respeitado", argumenta o deputado petista Virgílio Guimarães. Aldo Arantes (PC do B/G) lembrou que seria desgastante para o Congresso aprovar o aumento dos seus salários sem ter definido o salário mínimo. Já o líder do PT, Gastone Righi, foi a favor do decreto legislativo do senador Fernando Henrique Cardoso para lembrar uma velha tese que defendeu durante a Constituinte: a gratuidade do mandato parlamentar com indenização dos gastos. Mas chegou tarde. A votação-relâmpago já estava encerrada.

Ao anunciar a decisão de manter o resultado da votação simbólica, Inocêncio de Oliveira foi vaiado por algumas pessoas que estavam na galeria. O presidente deixou a Mesa e saiu do plenário. Desde que assumiu o cargo em janeiro, vinha protelando a autorização do pagamento dos 30%, apesar de ser legal. Com a nova Constituição, os salários dos parlamentares passaram a ser reajustados no mesmo percentual concedido aos servidores públicos. Assim como os ex-presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, Humberto Lucena, o presidente da Mesa, achou que não seria conveniente autorizar o pagamento dos 30%. Mas em circunstâncias diferentes.

Ulysses Guimarães e Humberto Lucena não autorizaram o pagamento do percentual recebido



Inocêncio: vaias pela votação simbólica.

pelos servidores públicos porque, em dezembro, os salários dos parlamentares foram engordados em 78%. O percentual equivalia às URPs de maio, novembro e dezem-

bro. Agora, Inocêncio de Oliveira não queria autorizar o reajuste porque o salário mínimo não tinha sido definido. Prometia só conceder o aumento com o aval dos líderes.